Editorial

Revista Brasileira de Psicanálise · Volume 53, n. 3, 16-20 · 2019

Palavra e verdade

Julia Kristeva abre este número com um artigo sobre o feminino, pode parecer fora de lugar, mas ao contrário, Kristeva nos mostra quando um conceito, em vez de se esvaziar, pode se diversificar de novos significados calcados num processo dramático e radical de transformação da realidade sócio-histórica.

A preparação de cada número da RBP é precedida por um intenso trabalho de reflexão sobre os temas candentes de nossa realidade, os quais afetam nosso ofício de psicanalista. Mediante um *brainstorm*, procuramos ser tocados por eles, com o intuito de fazer surgir algo que nos interpele e exija nosso debruçar sobre ele, em busca de uma abertura e um aprofundamento capazes de incidir sobre a clínica, a teoria e o método da psicanálise. Foi dessa maneira que surgiu o tema deste número: *Palavra e verdade*.

Em nossas discussões, consideramos que o tema poderia ser explorado por diferentes prismas: da filosofia, da ética, da prática psicanalítica, entre outros. Tomamos dois pontos como centrais em nossas discussões. O primeiro foi o fato de a matéria com a qual o analista trabalha ser a palavra – tanto a do analisando como a do próprio analista. O segundo foi o esvaziamento da palavra, seu esgarçamento observado nos dias atuais, quando as *fake news* ganham destaque nas redes sociais, influenciando e obstruindo o pensamento crítico sobre a realidade.

A carta-convite deste número contemplou parte das discussões da equipe editorial para que o leitor e colaborador pudesse captar a proposta temática a ser debatida. É interessante observar o que estamos publicando, como uma amostra dos trabalhos realizados por colegas no país.

A primeira menção à importância da palavra em Freud encontra-se em "Tratamento psíquico", de 1890, em que o autor aponta para o poder da palavra, quando disse:

> As palavras são o mais importante meio pelo qual um homem busca influenciar outro; as palavras são um bom método de produzir mudanças mentais na pessoa a quem são dirigidas. Nada mais existe de enigmático, portanto, na afirmativa de

> que a mágica das palavras pode eliminar os sintomas de doenças, e especialmente daquelas que se fundam em estados mentais. ([1890]1905/1972, p. 306)

Podemos observar a extensão da importância da palavra e a preocupação de Freud com o tema quando reconhece, numa conferência no ano de 1916, que, na formação em medicina, os alunos estão acostumados a ver coisas – a contração de um músculo, o precipitado de uma reação química, uma preparação anatômica… –, enquanto

> na psicanálise, ai de nós, tudo é diferente. Nada acontece em um tratamento psicanalítico além de um intercâmbio de palavras entre o paciente e o analista. O paciente conversa, fala de suas experiências passadas e de suas impressões atuais, queixa-se, reconhece seus desejos e impulsos emocionais. O médico escuta, procura orientar os processos de pensamento do paciente, exorta, dirige sua atenção em certas direções, dá-lhe explicações e observa as reações de compreensão ou de rejeição que ele, analista, provoca no paciente. (1916/1985b, p. 29)

A seguir, Freud trata das desconfianças de amigos e parentes de doentes submetidos à análise, quando perguntam se não poderia ser feito algo pela doença que não seja simplesmente falar. Ele completa seu argumento dizendo:

> As palavras, originalmente, eram mágicas, e até os dias atuais conservam muito de seu antigo poder mágico. Por meio de palavras uma pessoa pode tornar outra pessoa jubilosamente feliz ou levá-la ao desespero, por palavras o professor veicula seu conhecimento aos alunos, por palavras o orador conquista seus ouvintes para si e influencia o julgamento e a decisão deles. Palavras suscitam afetos e são, de modo geral, o meio de mútua influência entre os homens. Assim, não depreciaremos o uso da palavra na psicoterapia. (p. 29)

Essa maneira de considerar o poder da palavra está em concordância com o pensamento de Walter Benjamin, que considera o tema da origem da linguagem, da essência da linguagem, algo ligado a seu caráter mágico. Para o autor, apesar das variadas formas como a linguagem possa mostrar-se eficaz, "ela o será não através da mediação de conteúdos, mas antes através do mais puro abrir de sua dignidade e de sua essência" (citado por Seligmann-Silva, 1999, p. 79).

Benjamin elaborou sua teoria da linguagem em diálogo com pensadores alemães, em especial com os poetas e críticos Friedrich Schlegel e Novalis. Em sua abordagem, a linguagem foi tomada não tanto numa dimensão instrumental, mas numa dimensão considerada como mágica ou performativa, quando dizer é fazer, ou seja, quando a palavra tem o poder de interferir na realidade.

Num pequeno mas potente texto, "Narrativa e cura", Benjamin relata a experiência de uma mãe à beira do leito de um filho enfermo. Ela fala, narra histórias, e Benjamin se interroga: "A narrativa não criaria, muitas vezes, o clima apropriado e a condição mais favorável de uma cura? Não seria toda doença curável se ela se deixasse levar pela correnteza da narração até a foz?" (2002, p. 115). O mesmo poder da palavra encontramos na observação de Freud de um menino com medo do escuro. Reconhecendo que o medo do escuro e da solidão está relacionado à ausência da pessoa amada que cuida da criança (a mãe ou substituta), Freud nos conta ter observado uma criança com medo do escuro dizer em voz alta: "Mas fala comigo, titia. Estou com medo!". E a tia: "Por quê? De que adianta isso? Tu nem estás me vendo". Ao que a criança responde: "Se alguém fala, fica mais claro" (1917/1985a, p. 474).

Na concepção benjaminiana, a linguagem é a essência espiritual do homem. Assim, "ele não pode comunicar-se através dela, mas sim nela. A suma dessa totalidade intensiva da linguagem como essência espiritual é o nome. O homem é aquele que denomina. Daí reconhecer-se que a linguagem pura fala a partir dele" (citado por Seligmann-Silva, 1999, p. 81)

A questão da verdade surge de um estranhamento em relação à dimensão que as *fake news*, presentes nas redes sociais, ganharam no mundo político e na vida cotidiana de todos nós. Trata-se de uma forma contemporânea de comunicação na esfera pública e privada, naturalmente muito potencializada pelos meios de divulgação de massa. Encaradas como expressão sintomática de nossa época, as *fake news* podem ser consideradas representantes da qualidade dos discursos que circulam socialmente, confundindo o pensamento e o julgamento da realidade.

As observações do filósofo italiano Luigi Pareyson já prenunciavam essa situação em 1971, num tempo em que ainda não tínhamos a tecnologia avançada de hoje. Segundo o autor, o exagero dos *mass media* e da indústria cultural decorrente deles levou a uma escrita de "consumo rápido e imediato, intolerante com as pausas requeridas pela releitura e reflexão" (2005, p. 1). No mesmo texto, Pareyson faz uma defesa da filosofia, de sua extrema necessidade. Propõe que ela não pode ser retomada "sem que se restitua ao pensamento seu princípio genuíno, que é a verdade". Critica todas as tentativas de reduzir o pensamento a algo "histórico e pragmático, técnico e instrumental, empírico e ideológico" (p. 2). De acordo com ele, o pensamento verdadeiro, aquele digno desse nome,

> é antes de tudo pensamento do *ser*, e disso deriva sua virtualidade prática e sua eficácia histórica: por um lado unidade originária de teoria e prática … por outro lado pensamento autêntico, preocupado com aquilo que é seu princípio e sua origem, isto é, com sua radicação ontológica e com seu caráter revelativo, e, por

> isso mesmo, capaz de dirigir e fecundar a experiência e de dominar e transformar a situação. (p. 3)

O autor ainda diz que a verdade não pode ser entendida num sentido meramente objetivo ou meta-histórico. Isso porque

> ela não é objeto, mas origem do pensamento, não é resultado, mas princípio da razão, não é conteúdo, mas fonte dos conteúdos; por outro lado, ela só se oferece no interior de uma interpretação histórica e pessoal que já a formula de determinado modo, com o qual se identifica a cada vez, sem nele se exaurir ou a ele se reduzir. (pp. 3-4)

Pareyson observa que há uma solidariedade entre pessoa e verdade. Com isso, o autor sustenta a essência genuína do conceito de interpretação. Com base nesse conceito de interpretação, propõe distinguir pensamento expressivo de pensamento revelativo. Aprofundando a diferença entre esses dois modos de pensamento – o pensamento que é mero produto histórico e o pensamento que manifesta a verdade –, o autor afirma que tal distinção não diz respeito apenas à filosofia, mas constitui o dilema que o homem enfrenta seja qual for sua atividade: "O homem deve escolher entre *ser* história e *ter* história … entre renunciar à verdade ou dar uma revelação irrepetível dela". Isso vai depender da forma como o homem livremente prospecta a própria situação. Ele pode prospectar "como simples confim da existência ou como abertura para o ser, como limitação inevitável e fatal ou como via de acesso à verdade" (p. 9).

Para o autor, "no pensamento revelativo, a palavra revela a verdade no mesmo ato em que exprime a pessoa e seu tempo, e vice-versa". No entanto, tudo se transforma quando a liberdade para de reger o vínculo entre verdade e pessoa:

> A verdade desaparece, deixando o pensamento vazio e desancorado, desaparecendo também a pessoa, reduzida a mera situação histórica. … A natureza da palavra se degenera e se fragmenta: de um lado, um discurso cuja racionalidade vazia só se presta a uma utilização técnica e instrumental; do outro, mascarado pelo discurso explícito, o verdadeiro significado deste, isto é, a expressão do tempo. (pp. 12-13)

Neste número, contamos com o trabalho de Luiz Alfredo Garcia-Roza "A função significativa da palavra: Lacan e Santo Agostinho", retirado de seu livro *Palavra e verdade*, publicado pela editora Zahar. Nesse texto, o autor retoma a proposta agostiniana de que a verdade não habita a palavra, mas que é a verdade, através de nossa interioridade, que possibilita a palavra:

> Ao articular a palavra com a interioridade e com a verdade, Agostinho remete-a também simultaneamente ao registro do erro, do equívoco, da mentira. E é por referência a esse registro que podemos situar a questão do sujeito. É isso que interessa particularmente a Lacan em sua análise.

É com prazer que contamos com essa colaboração, e por isso gostaríamos de agradecer a Livia Garcia-Roza a generosa autorização para a publicação, bem como à editora Zahar.

Por último, queremos informar a nossos leitores e colaboradores que a RBP alcançou nota B1 na última avaliação da Capes.

Boa leitura!

Referências

Benjamin, W. (2002). Narrativa e cura. *Jornal de Psicanálise*, *35*(64-65), 115-116.

Freud, S. (1972). Tratamento psíquico. Fragmento da análise de um caso de histeria. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 7, pp. 297-316). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em [1890]1905)

Freud, S. (1985a). A ansiedade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 16, pp. 457-479). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917)

Freud, S. (1985b). Parapraxias. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 15, pp. 27-101). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916)

Pareyson, L. (2005). *Verdade e interpretação* (M. H. N. Garcez & S. N. Abdo, Trads.). São Paulo: Martins Fontes.

Seligmann-Silva, M. (1999). *Ler o livro do mundo*. São Paulo: Iluminuras.

Marina Massi
Editora
marinamassieditora@rbp.org.br

Leda Maria Codeço Barone
Editora associada
ledabarone@uol.com.br